



PREFEITURA MUNICIPAL DE VIÇOSA
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
Rua Gomes Barbosa nº 803 - Bairro Centro - CEP 36570-101 - Viçosa - MG - www.vicosa.mg.gov.br

TERMO DE REFERÊNCIA Nº 0143078 - ADM/DCL

12 de fevereiro de 2026.

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. O objeto da presente licitação é a contratação de pessoa jurídica para prestação dos serviços de seguro total automotivo para os veículos pertencentes à frota do Município de Viçosa/MG, nos termos das informações abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

1.2 Os veículos que receberão o seguro total automotivo, objeto deste processo, estão identificados no anexo único deste Termo de Referência.

1.3 O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme decreto Municipal nº 5.983/2023.

1.4 O prazo de vigência da contratação são de 12 (doze) meses, prorrogáveis por igual período, até o limite de 120 (cento e vinte) meses, na forma do art. 107 da Lei nº 14.133/2021.

1.5 O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

1.6 Tendo em vista que o Plano de Contratação Anual ainda não foi confeccionado pelo município, a previsão da presente contratação não foi prevista, pois não há IPCA elaborado para o exercício.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1 A Secretaria Municipal de Administração através da Diretoria de Logística-DL tem como missão disponibilizar veículos e motorista para atendimento de demandas das secretarias municipais e consequentemente ser “guardião” dos veículos e máquinas da frota municipal. Diante o exposto faz-se necessária a contratação de empresa especializada em seguro veicular para a frota municipal.

2.2 As vantagens de ter um seguro veicular incluem proteção financeira contra roubos, furtos e acidentes, assistência 24 horas para emergências como pane ou problemas mecânicos, cobertura para danos a terceiros e proteção contra desastres naturais. Ele proporciona tranquilidade ao cobrir despesas inesperadas, como reparos e indenizações

2.3 Do ponto de vista normativo, a aquisição atende aos princípios da administração pública, em especial o da eficiência (art. 37, caput, da Constituição Federal), a aquisição dos equipamentos pleiteados, juntamente com sua tecnologia inovadora disponível no mercado brasileiro, visa garantir melhor gestão da frota do município com cobertura de seguro garantindo agilidade em serviços e substituições de peças cobertas pela seguradora.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1 Tendo em vista a necessidade apresentada pela Diretoria de Logística da Secretaria Municipal de Administração, na busca de fornecer a continuação da cobertura de seguro privado para a frota municipal, com a contratação de empresa especializada em seguro de veículos, visa-se: **SEGURO TOTAL VEICULAR** - Contratação de pessoa jurídica para fornecimento dos serviços de seguro total para 103 (cento e três) veículos da Prefeitura Municipal de Viçosa/MG, por um período de 12 (doze) meses, com as seguintes coberturas: Cobertura para danos materiais, danos corporais, APP por morte e invalidez e terceiros, com plano completo de assistência 24 h, em todo território nacional, com auxiliar em caso de pane elétrica, mecânica, colisão, incêndio, efeitos na natureza, roubo, cobertura dos vidros, faróis, retrovisores, com seguro da franquia (isenção das franquias, inclusive vidros), em caso de reboque, rebocar o veículo até a sede da Diretoria de Logística da Prefeitura de Viçosa/MG, independente da quilometragem, incluindo: Remoção dos ocupantes dos veículos, remoção em caso de falecimento, transporte alternativo e hospedagem; Para 103 (cento e três) veículos da frota da Prefeitura Municipal de Viçosa, DURANTE 1 (UM) ANO. Dos valores segurados, por veículo: Danos Materiais: R\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais).

Danos Corporais: R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais). APP Morte/Invalidez: R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), danos morais: R\$ 10.000,00 (dez mil reais). A franquia de sinistro será reduzida - Das importâncias seguradas e coberturas por veículo: Casco: 100% da tabela FIPE. Obs.: A prefeitura, em caso de um eventual sinistro ou assistência, escolherá uma oficina para os reparos, se assim achar conveniente a ela. Cobertura de CASCO 100% TABELA FIPE (COMPREENSIVO), com cobrança de franquia reduzida (colisão, incêndio, efeitos na natureza, roubo).

Cobertura de FENÔMENOS NATURAIS tem por objetivo reparar o veículo em caso de acidentes envolvendo chuva de granizo, inundações, alagamentos, raios, vendavais, queda de árvores etc.

Cobertura APP - MORTE ACIDENTAL até R\$ 20 MIL POR PASSAGEIRO para situações que envolvam morte de ocupantes do veículo segurado em casos de acidentes;

Cobertura APP - INVALIDEZ PERMANENTE - TOTAL OU PARCIAL até R\$ 20 MIL POR PASSAGEIRO para situações que envolvam invalidez de ocupantes do veículo segurado em casos de acidentes;

Cobertura RCF - DANOS MATERIAIS DE TERCEIROS, até R\$ 250 MIL para situações que envolvam terceiros em um acidente com o veículo segurado;

Cobertura RCF - DANOS CORPORAIS até R\$ 50 MIL, para casos de despesas médicas e hospitalares;

Cobertura DANOS MORAIS, até R\$ 10 MIL, para casos após decisão judicial a favor de terceiros;

Cobertura GUINCHO COM KM ILIMITADO, para prestação de serviço de guincho do veículo segurado sem limite de KM;

Cobertura TROCA DE PNEU, para auxílio ao motorista para troca de pneu do veículo;

Cobertura CARGA DE BATERIA, para recarga de baterias onde o veículo estiver;

Cobertura PANE SECA, para situações em que o combustível do veículo acabe e necessite de guincho até o posto de combustíveis mais próximo;

Cobertura LANTERNAS, em casos de lanternas danificadas;

Cobertura FARÓIS, em casos de faróis danificados;

Cobertura RETROVISORES, em casos de retrovisores danificados;

Cobertura CHAVEIRO COM ABERTURA DE PORTA E CÓPIA DE CHAVE, em casos de perda ou quebra de chave, chave trancada dentro do veículo etc.

Cobertura CARRO RESERVA DURANTE REPAROS DO VEÍCULO, em casos de reparos no veículo segurado a seguradora fornecerá um outro veículo similar ao veículo segurado até que os reparos sejam realizados;

Cobertura PARA-BRISA DIANTEIRO, em casos de quebra ou trinca de para-brisa dianteiro;

Cobertura PARA-BRISA TRASEIRO, em caso de quebra ou trinca de para-brisa traseiro;

Cobertura VIDROS LATERAIS, em caso de quebra ou trinca de vidros laterais;

Cobertura TRANSPORTE ALTERNATIVO (TÁXI) COM KM ILIMITADO PARA TODOS OS OCUPANTES DO VEÍCULO, para transporte dos ocupantes do veículo quando o veículo segurado estiver impedido de seguir viagem incluindo hospedagem.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis.

Indicação de marcas ou modelos

4.2. Na presente contratação não será admitida a indicação de marcas, características ou modelo.

Subcontratação

4.3. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação

4.4. Não haverá exigência da garantia da contratação dos art. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, em razão da natureza do objeto, caso em que poderia frustrar o caráter competitivo do certame.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1 Condições de Entrega

5.2 A prestação do serviço do seguro iniciará imediatamente após assinatura e publicação do contrato.

5.3. Garantia, manutenção e assistência técnica

5.3.1 Todos serviços de reparos nos veículos deverão ocorrer em oficinas especializadas dentro do Município de Viçosa/MG ou em outra localidade de escolha do contratante, salvo se não houver assistência dentro do município.

5.3.2 Todas as substituições de para-brisas, vidros, lanternas, faróis, retrovisores e outros itens cobertos deverão ocorrer na sede da Diretoria de Logística (garagem) da Prefeitura de Viçosa, localizada à Rua Maria Geralda Paranhos, nº 187, CEP 36570-131, Viçosa/MG.

5.3.3 A garantia será prestada com vistas a manter os equipamentos e peças fornecidos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o Contratante.

5.3.4 A garantia abrange a realização da manutenção corretiva dos bens pelo próprio Contratado, ou, se for o caso, por meio de assistência técnica autorizada, de acordo com as normas técnicas específicas.

5.3.5 As peças que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídas por outras novas, de primeiro uso, e originais, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos das peças utilizadas na fabricação do equipamento.

5.3.6 Uma vez notificado, o Contratado realizará a reparação ou substituição dos bens que apresentarem vício ou defeito no prazo de até 30 (trinta) dias úteis, contados a partir da data de retirada do equipamento das dependências da Administração pelo Contratado ou pela assistência técnica autorizada.

5.3.7 Decorrido o prazo para reparos e substituições sem o atendimento da solicitação do Contratante ou a apresentação de justificativas pelo Contratado, fica o Contratante autorizado a contratar empresa diversa para executar os reparos, ajustes ou a substituição do bem ou de seus componentes, bem como a exigir do Contratado o reembolso pelos custos respectivos, sem que tal fato acarrete a perda da garantia dos equipamentos.

5.3.8 O custo referente ao transporte dos equipamentos e peças cobertos pela garantia será de responsabilidade do Contratado.

5.3.9 A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.

5.3.10 Havendo cobrança de franquia por parte da seguradora contratada, o valor será pago pelo município diretamente à empresa que prestará o serviço de reparo.

5.3.11 Não haverá cobrança de franquia para qualquer tipo de assistência contratada (para-brisas, lanternas, faróis etc)

5.3.12 A cobrança de franquia para sinistros será reduzida e será isenta de pagamento para terceiros e quando houver perda total do bem segurado.

5.3.13 Para novos veículos adquiridos pela contratante a seguradora deverá emitir proposta para nova contratação em até 3 dias úteis.

5.3.14 Para a apólice de novos veículos deverá ser observado o prazo do término do contrato do seguro em vigor para cálculo proporcional.

5.3.15 Para supressão de veículos da cobertura do seguro por motivo de leilão, perda total, doação etc a empresa seguradora deverá proceder a devolução do valor proporcional com base no término da vigência do contrato/apólice para o segurado.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

6.6. A Fiscalização do contrato deverá ser acompanhada senhor Adriano Luiz de Oliveira Figueiredo Salgado, de acordo com o decreto municipal nº 5.983/2023, art. 11.

6.7. A Gestão do contrato deverá ser acompanhada por Edson Rodrigues de Nério, nomeado pela portaria nº 14/ADM/25, ou pelos respectivos substitutos, de acordo com o decreto municipal nº 5.983/2023, art. 12.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento

7.1. Os serviços serão recebidos pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de

Referência e na proposta.

7.2. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 05 (cinco) dias corridos, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.3. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 10 (dez) dias úteis.

7.4. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

7.5. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.6. O prazo para a solução, pelo Contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

7.7. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

7.8. As atividades de montagem, instalação e quaisquer outras necessárias para a prestação dos serviços correrão por conta do Contratado e são condição para o recebimento do objeto.

Liquidação

7.10. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

7.11. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.12. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

7.12.1 o prazo de validade;

7.12.2 a data da emissão;

7.12.3 os dados do contrato e do órgão contratante;

7.12.4 o período respectivo de execução do contrato;

7.12.5 o valor a pagar; e

7.12.6 eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.13. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante;

7.14. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.15. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

7.15.1 verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;

7.15.2 identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

7.16. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

7.17. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.18. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

7.19. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

7.20. O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

7.21. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo) de correção monetária.

Forma de pagamento

7.22. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

7.23. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.24. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.25. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.26. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Cessão de crédito

7.27. É admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de julho de 2020, conforme as regras deste presente tópico.

7.28. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do Contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

7.29. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

7.30. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do Contratado.

Reajuste

7.31. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contados da data da assinatura do contrato.

7.32. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do índice IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.33. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.34. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.35. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.36. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.37. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.38. O reajuste será realizado por apostilamento.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1 O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento **licitatório, na forma eletrônica, com fundamento na hipótese do art. 75, inciso II da Lei n.º 14.133/2021**, que culminará com a seleção da proposta de melhor valor dado que o critério será o de MENOR PREÇO por ITEM.

Exigências de habilitação

Previamente à celebração do contrato, a Administração verificará o eventual descumprimento das condições para contratação, especialmente quanto à existência de sanção que a impeça, mediante a consulta a cadastros informativos oficiais, tais como:

a) SICAF;

b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);

c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portalttransparencia.gov.br/sancoes/cnep>)

A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa interessada e de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

Caso conste na Consulta de Situação do interessado a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

O interessado será convocado para manifestação previamente a uma eventual negativa de contratação. Caso atendidas as condições para contratação, a habilitação do interessado será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

É dever do interessado manter atualizada a respectiva documentação constante do SICAF, ou encaminhar, quando solicitado pela Administração, a respectiva documentação atualizada.

Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

Se o interessado for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, caso exigidos, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

8.2 Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

8.3 Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

8.4 Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.5 Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

8.6 Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.7 Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

8.8 Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua

sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.9 Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

8.10 Em virtude do valor a ser licitado, não se vislumbra a necessidade de permissão de participação de consórcios na licitação. Como a solução a ser buscada é comum de mercado, sendo que as características do objeto podem ser facilmente descritas no Termo de Referência, também não há complexidade que justifique a participação de consórcios.

8.11 Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

8.12 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.13 Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.14 Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.15 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.16 Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.17 Prova de regularidade com a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.18 Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.19 O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

8.20 Não serão exigidos requisitos especiais de habilitação, como a qualificação técnica a fim de que não fruste o caráter competitivo do Procedimento Licitatório.

Disposições gerais sobre habilitação

8.21 Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

8.22 Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

8.23 Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

8.24 Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

8.25 Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

8.26 Para qualificação técnica da empresa licitante será necessário a apresentação de no mínimo 01 (um) atestado de capacidade técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove aptidão para o cumprimento do objeto licitado. Essa exigência justifica-se para assegurar que a empresa contratada possui experiência e competência para executar o objeto, garantindo a qualidade, minimizando riscos de inadimplência e falhas na prestação de serviços.

8.27 A empresa seguradora deve estar autorizada e regularizada perante a **Superintendência de Seguros Privados (SUSEP)**. Essa é uma exigência legal fundamental para garantir a idoneidade, a estabilidade financeira e a proteção dos consumidores no mercado de seguros, previdência privada aberta, capitalização e resseguro, conforme determina a legislação securitária brasileira, em especial a **Lei Federal nº 15.040/2024 que dispõe sobre normas de seguro privado brasileiro**.

9 ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. Foi determinado o **SIGILO DO ORÇAMENTO ESTIMADO NO EDITAL DE LICITAÇÃO**, posto que sua publicação pode causar distorção na estimativa a ser lançada por interessados, na forma de proposta, durante a licitação.

9.2. Esta possibilidade está prevista no artigo 24 da Lei Federal nº 14.133/2021, e as razões apresentadas neste tópico são justificativa suficiente para aplicação do dispositivo.

10 ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.2 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento da Prefeitura Municipal de Viçosa, na seguinte dotação: **04.122.2389.2.361-339039 – Ficha 129**

10.3 A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes quando couber será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

11 DISPOSIÇÕES FINAIS

11.2 As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas.

11.3 Este Termo de Referência e seus anexos, se houver, se vincula ao Edital licitatório que lhe deu causa e por conseguinte a todos os documentos relacionados a realização desta licitação como o DFD, contrato e demais documentos que vierem a surgir.



Documento assinado eletronicamente por **Joao Inacio Cunha e Souza Gomes, Servidor(a) Público**, em 12/02/2026, às 15:12, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.vicosa.mg.gov.br/autenticador> informando o código verificador **0143078** e o código CRC **04FA5A81**.